

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 258/2015
De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA, notifico o Senhor SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO, Superintendente à época, de que no dia 14.04.2015, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2010/53016-4, que trata dos Contratos de Servidores Temporários da SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENINTENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ.
Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.
Belém, 07 de abril de 2015.
JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA-Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 259/2015
De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA, notifico o Senhor FRANCISCO COUTINHO BRAGA, Prefeito à época da SETRAN, de que no dia 14.04.2015, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2013/50204-1, que trata da Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃR DO RIO, referente ao Convênio SEPOF/FDE nº 396/2010.
Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.
Belém, 07 de abril de 2015.
JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA-Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 260/2015
De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA, notifico a Senhora MARIA TEREZINHA DO NASCIMENTO, Presidente, de que no dia 14.04.2015, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2009/51189-8, que trata da Prestação de Contas da ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTOREAS DO SETOR GONZAGA, referente ao Convênio SAGRI nº 044/2007.
Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.
Belém, 07 de abril de 2015.
JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA-Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 261/2015
De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA, notifico o Sr. JORDECY CHAVES SANTA BRÍGIDA, Presidente à época, de que no dia 14.04.2015, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2007/50331-2, que trata da Tomada de Contas instaurada na ASSOCIAÇÃO PARAENSE DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, referente ao Convênio ASIPAG nº 057/2006.
Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.
Belém, 07 de abril de 2015.
JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA-Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 262/2015
ADVOGADO:MAILTON MARCELO FERREIRA - OAB/PA 9.206
De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA, notifico o Senhor PAULO LIBERT JASPER, Prefeito à época, de que no dia 14.04.2015, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2012/51054-3, que trata da Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA, referente ao Convênio SEPOF nº 040/2008 e termos aditivos.
Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.
Belém, 07 de abril de 2015.
JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA-Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 263/2015
De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA, notifico o Senhor ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GÔES, Secretário da SETUR, de que no dia 14.04.2015, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2013/52618-5, que trata da Prestação de Contas da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA DA GALDINA, referente ao Convênio SETUR nº 004/2013.
Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.
Belém, 07 de abril de 2015.
JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA-Secretário-Geral

Protocolo 814721

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DA PORTARIA CONJUNTA Nº 01/2015-MP-1ª/2ª-PJM
O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do Promotor de Justiça Dr. MAURO JOSÉ MENDES DE ALMEIDA, Promotor de Justiça - Titular do 2º Cargo da Promotoria de Justiça de Mosqueiro, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO PRELIMINAR N.º 01/2015-MP-1ª/2ªPJM, que se encontra à disposição na Sede da Promotoria de Justiça de Mosqueiro, localizada na Travessa Pratiquera, n.º 702, Bairro da Vila, Distrito de Mosqueiro, CEP: 66.910-970, Município de Belém/Pará, Fone: (91) 3771-1311.
INSTAURANTE: Ministério Público Estadual, em conformidade com o art. 127, art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal.
INVESTIGADO: Em apuração.
ASSUNTO: Crime ambiental.
Mosqueiro, 09 de março de 2015.
MAURO JOSÉ MENDES DE ALMEIDA - Promotor de Justiça - 2º Cargo

Protocolo 814225

Extrato da Portaria nº 0011/2015/13ª PJ Cível de Marabá
A 13ª Promotora de Justiça Cível de Marabá torna pública a conversão do Procedimento Administrativo Preliminar nº 09/2014 em Inquérito Civil pela portaria nº 0011/2015/13ªPJ Cível de Marabá, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá - Pará.
Objeto: Apurar o não fornecimento de passagens aéreas pelo Município de Marabá às pessoas com deficiência que realizam tratamento de saúde fora do domicílio e que apresentem recomendação médica da necessidade do transporte aéreo.
Marabá/PA, 09/03/2015
Lilian Viana Freire - Promotora de Justiça

Protocolo 814228

EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2015/13ª PJ CÍVEL DE MARABÁ
A 13ª Promotora de Justiça Cível de Marabá torna pública a conversão do Procedimento Administrativo Preliminar nº 003/2014/13ªPJMAB em Inquérito Civil pela portaria nº 001/2015/13ªPJ Cível de Marabá, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá - Pará.
Objeto: Garantir o cumprimento da Lei Estadual nº 7.303/2009, que obriga o fornecimento de contas de energia elétrica, água e telefone em código Braille.
Marabá/PA, 09/01/2015
Lilian Viana Freire - Promotora de Justiça

Protocolo 814232

EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2014-MP/PJ/MED
O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE MEDICILÂNDIA, Dra. Grace Kanemitsu Parente, torna público a instauração do Inquérito Civil de nº 001/2014-MPE/PJ/MED.
Portaria de Instauração nº 001/2014-MPE/PJ/MED
Data da Instauração: 27/11/2014
Objeto: apuração eventuais atos de improbidades administrativas e de responsabilidades em decorrência dos fatos narrados, tais como a ausência de medicamentos tanto no Hospital Municipal de Medicilândia quanto nos Postos de Saúde.
Promotora de Justiça: Grace Kanemitsu Parente

Protocolo 814233

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 013-14-ICMA
O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a conversão do Procedimento Administrativo Preparatório nº 073/12-PAPMA em Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.
Inquérito Civil nº: 013/14-ICMA
Conversão: 05/12/2014
Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Fundamentos: art. 182 da CF; art. 2º da Lei Federal nº 10.257/01.
Origem: Procedimento Administrativo Preparatório nº 073/12-PAPMA
Objeto: Apuração da prática de poluição sonora e atmosférica no estabelecimento situado no Conjunto Cidade Nova 8, WE 48, Coqueiro Ananindeua.
Ananindeua/PA, 17 de dezembro de 2014.
JOSÉ GODOOFREDO PIRES DOS SANTOS, Promotor de Justiça, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua
Protocolo 814477

PORTARIA N.º 1275/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) c/c art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a vacância do 4º cargo das Promotorias de Justiça de Benevides;
CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;
CONSIDERANDO os termos do ofício nº 042/2014-MP/PJB/Coord., de 4/8/2014, protocolizado sob nº 32507/2014, em 5/8/2014;
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça ALBELY MIRANDA LOBATO TEIXEIRA para exercer nas Promotorias de Justiça de Benevides, as atribuições do 4º cargo, no período de 1º/4 a 31/5/2015, sem prejuízo da sua titularidade no 3º cargo.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 11 de março de 2015.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 1278/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO as férias do Promotor de Justiça Antônio Manoel Cardoso Dias;
CONSIDERANDO a licença da Promotora de Justiça Grace Kanemitsu Parente;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito das Promotorias de Justiça de Altamira e Medicilândia;
CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo polo;
CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 056/2015-MP/COORD/ATM, de 20/2/2015, protocolizado sob o n.º 8755/2015, em 3/3/2015;
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça RODRIGO AQUINO SILVA para, sem prejuízo de sua titularidade, exercer as seguintes atribuições:
I - do 1º cargo das Promotorias de Justiça de Altamira, no período de 2 a 12/3/2015;
II - do 6º e 7º cargos das Promotorias de Justiça de Altamira, no período de 9 a 12/3/2015;
III - do cargo da Promotoria de Justiça de Medicilândia, no período de 9 a 15/3/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 11 de março de 2015.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 25.03.2015.
PORTARIA N.º 1455/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a vacância do 3º cargo das Promotorias de Justiça de Paragominas;